

# O jornalismo na distensão política do regime militar e a autoconstrução do repórter como investigador policial. Uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso

Márcio de Souza Castilho\*

## Índice

1 Introdução	1
2 A censura e a construção do “admirável mundo novo”	3
3 O jornalismo <i>watchdog role</i>	4
4 O jornalista e o investigador policial	5
5 Considerações finais	11
6 Bibliografia	12

## 1 Introdução

A história da censura à imprensa escrita no Brasil durante os anos de Ditadura Militar teve como marco o Ato Institucional nº 5, editado em 13 de dezembro de 1968. Até a extinção da censura prévia, em 8 de junho de 1978, nos veículos de divulgação sobre os quais ela ainda atuava, os militares se valeram de uma extensa rede de informações e de um arsenal de leis e decretos numa tentativa de manter os órgãos de comunicação sob vigilância, restringindo liberdades e determinando o que podia ou não ser publicado para

---

\*Márcio Castilho é mestre em Comunicação, Imagem e Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e atualmente cursando doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

preservar seus interesses. Aquino (1999) divide este período de dez anos de maior repressão aos conteúdos informativos em três fases:

- de 1968 a 1972, período de estruturação da censura, cuja atuação se restringia a telefonemas e bilhetes enviados às redações, atingindo indistintamente todos os periódicos;
- de 1972 a 1975, fase de institucionalização da censura prévia aos órgãos de divulgação que ofereciam resistência, tendo como base o decreto-lei 1077, de 26 de janeiro de 1970. A lei proibia a divulgação de qualquer material que se enquadrasse como um “plano subversivo” que colocasse em risco a segurança nacional;
- de 1975 a 1978, quando se observa um caráter mais seletivo por parte da censura, incidindo, sobretudo, sobre os veículos da chamada imprensa alternativa (*Movimento e São Paulo*) ou com tiragens menores, sem grande representatividade nacional (*Tribuna da Imprensa*). O governo revoga o AI-5, símbolo da repressão, em dezembro de 1975.

Segundo a autora, as diferentes fases da censura relacionam-se com a conjuntura de forças daquele momento histórico. Nessa perspectiva, Aquino conclui que a atuação da censura não se deu de forma homogênea, oscilou períodos de maior ou menor intensidade e variou seu modo de atuação de acordo com os interesses e a imagem que se queria preservar do regime. “A censura esteve atenta à diversidade da produção de diversos órgãos de divulgação (...), raramente agindo de modo aleatório ao sabor das influências de caráter esporádico e individual. Sofreu a ação do tempo e reagiu às flutuações internas do Estado” (AQUINO, 1999, p. 249).

A imprensa começa a sentir os efeitos do processo de distensão política em 1975, no governo do general Ernesto Geisel, quando os censores se retiram, em janeiro daquele ano, da redação de *O Estado de São Paulo*. Em março de 1975, o governo decide acabar com a censura prévia na redação de *O Pasquim*. O mesmo aconteceria com a revista *Veja*, em junho de 1976. O movimento dos militares no caminho da abertura “lenta, gradual e segura” marcaria o fim de uma fase marcada pelo esvaziamento do debate político na imprensa e o começo de outra, com a valorização do papel do repórter como investigador, empregando em seus métodos de apuração técnicas de investigação policial.

Pretendemos verificar a nova configuração que assume a imprensa no período de abertura política do governo Geisel. Partimos do pressuposto que a distensão política estabelece um marco divisório para um gênero da reportagem até então dependente do aparelho policial e identificado com o jornalismo popular e sensacionalista: a reportagem policial. Vamos procurar demonstrar como, a partir de meados dos anos 1970, ganha força

nas redações o repórter que não apenas relata o fato, mas principalmente desvela o oculto para o público, atuando na fronteira entre dois territórios – o jornalismo e o policial.

É nesta fase que o jornalismo investigativo tem a sua fase áurea e vai se manifestar na cobertura policial, embora com desdobramentos nitidamente políticos, como tentaremos demonstrar adiante. O repórter investigativo ganha reconhecimento e credibilidade por parte da comunidade jornalística, pois estaria investido de uma missão: descobrir o crime que o aparelho policial de Estado tenta ocultar por interesses políticos e ideológicos.

Acreditamos que o Prêmio Esso de Jornalismo oferece um campo de exploração amplo para entendermos o novo papel assumido pelos produtores de notícias num período de transição política, marcado por cisões internas dos militares que tinham diferentes visões quanto ao encaminhamento histórico do projeto político iniciado com o movimento de 1964. De um lado, o grupo que defendia uma transição democrática – lenta, gradual e segura – do qual fazia parte o general Ernesto Geisel. Do outro, o grupo com uma concepção distinta no que se referia à devolução do poder aos civis. Identificados como militares da “linha-dura” do regime, buscavam retomar o projeto de recrudescimento da repressão política no país, que teve seu ápice no governo do general Emílio Garrastazu Médici, antecessor de Geisel.

No meio deste embate político e com o rompimento do pacto de censura institucionalizada nas redações, uma lacuna identitária se apresentava como herança dos anos de repressão à imprensa. O fortalecimento da reportagem investigativa parece fazer parte

desse contexto histórico e reposiciona o papel social dos produtores de notícias.

Percebemos o Prêmio Esso de Jornalismo exatamente como um lugar de consagração deste modelo investigativo, no qual o repórter não deve apenas “reproduzir” o que vê, mas assumir tarefas que seriam de outros sujeitos em defesa da coletividade e do bem comum. A partir da análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso nos anos de 1976, 1977, 1979 e 1981 – período de abertura política do país – buscaremos recompor o cenário do jornalismo investigativo, verificar os métodos de apuração, algumas estratégias narrativas e observar como as marcas do discurso de valorização do repórter como investigador policial permanecem até hoje e contribuem para a formação da identidade profissional do jornalista. Tais considerações podem indicar pistas essenciais sobre a forma como tais estratégias fornecem um lugar simbólico para os jornalistas.

## **2 A censura e a construção do “admirável mundo novo”**

Antes de discutirmos a influência do contexto de distensão política no jornalismo brasileiro, inaugurando, ao nosso ver, uma nova prática de se fazer reportagem e uma nova maneira de se sentir jornalista, é preciso recuar no tempo para compreender melhor o ambiente histórico que orientava o comportamento da imprensa no período de maior repressão aos conteúdos informativos no país (1968-1975). Para a criação do “admirável mundo novo” que os governos militares queriam impor no início dos anos 1970 havia que existir em paralelo a ação da censura, o apagamento da política como debate de

idéias e a construção de consenso, através de alianças que se firmaram entre o poder e algumas empresas jornalísticas. Construir um modelo de distanciamento da opinião se transformava muitas vezes na única possibilidade de sobrevivência para muitos veículos. Recusar os vínculos com a política nesse momento era também essencial para os que se aliaram aos governos militares.

Uma breve incursão nas matérias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo no período que se estende da decretação do Ato Institucional nº 5, em 1968, até o início do processo de flexibilização da censura, em 1975, mostra que os jornais de grande circulação produziam matérias sobre os mais variados temas, porém sem vínculos explícitos com assuntos políticos. Na impossibilidade de denunciar a violação de direitos humanos ou criticar o modelo econômico dos militares, produziam-se grandes reportagens sobre futebol até assuntos sobre psicanálise, agressão ao meio ambiente e drogas.

Em uma pesquisa inicial, vemos que os prêmios são outorgados para profissionais que construíram matérias com este viés: “Juiz, ladrão e herói” (*O Estado de São Paulo*, 1968); “Psicanálise: remédio ou vício?” (*Última Hora*, 1969); “113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente” (*O Globo*, 1970); “Receita para São Paulo” (*Jornal da Tarde*, 1971); “Edição especial sobre a Amazônia” (*Realidade*, 1972); “Expedição de contactação dos índios Kranhacarore” (*O Estado de São Paulo*, 1973); “Volta ao ponto de partida” (*Jornal do Brasil*, 1974); e “As drogas” (*Jornal do Brasil*, 1975).

Este panorama de esvaziamento do debate político na imprensa começa a se modificar com o início do processo de abertura política

no Brasil e o fim da censura prévia aos veículos da chamada grande imprensa (*Estado de São Paulo* e *Veja*), a partir de 1975.

### 3 O jornalismo *watchdog role*

A reportagem “Assim vivem nossos superfuncionários” conquistou o Prêmio Esso de Jornalismo em 1976. Tida até hoje como um momento fundador para o fortalecimento da investigação jornalística no Brasil (Sequeira, 2005), a matéria tornou conhecida do grande público a expressão “mordomia”, numa alusão aos privilégios e vantagens dos ocupantes de cargos públicos durante o regime militar.

O trabalho, conduzido pelo jornalista Ricardo Kotscho, aponta para a influência do jornalismo investigativo americano, que tem como princípio básico exercer vigilância sobre a ação do Estado (Silva, 1991). Esse modelo, conhecido como *watchdog role*, foi consagrado com a publicação, em 18 de junho de 1972, de uma denúncia que redefiniria os padrões do fazer jornalístico: a reportagem de dois jornalistas do *Washington Post*, Carl Bernstein e Bob Woodward, que culminaria com a renúncia do então presidente Richard Nixon. O episódio ficou conhecido como Caso Watergate.

Em “Dez reportagens que abalaram a ditadura” (Molica, 2005), Ricardo Kotscho relata que a pauta de *O Estado de São Paulo* surgiu de uma reportagem da revista *New Yorker* sobre os privilégios dos altos funcionários na então União Soviética. O jornalista preparou um roteiro de reportagem, acionou a rede de sucursais e correspondentes do jornal e vasculhou arquivos para verificar, ao longo de dois meses, se as mesmas regalias eram praticadas no país dos militares.

Apesar da impossibilidade de acesso a documentos oficiais, o jornal mostrou, com a publicação de nomes e cifras, como viviam, de onde vieram e o que pensavam os “superfuncionários” governamentais. A reportagem ilustra todo o aparato de privilégios e vantagens à disposição dos servidores públicos. A reportagem de *O Estado de São Paulo* tem como marca distintiva a adoção de um discurso denunciador, diferenciando-se das demais narrativas vencedoras do Prêmio Esso nos anos anteriores.

Os carros oficiais servem para levar os filhos dos superfuncionários ao colégio, as madames às boutiques e cabeleireiros, os empregados e os funcionários propriamente ditos aos restaurantes. Os automóveis de chapa-amarela que não são particulares podem ser vistos às centenas circulando em Brasília ou nas capitais estaduais. Servem, à custa das empresas, a executivos estatais e suas famílias. Recentemente, um banco oficial renovou sua frota, adquirindo possantes Alfa-Romeo, embora os Dodge Dart de luxo ainda sejam os preferidos (“*Os carros rodam*”. *O Estado de São Paulo*, 01/08/1976)

A novidade não estava na prática comum da política brasileira de utilização de recursos públicos para fins particulares, mas na possibilidade de reportar este fato e levá-lo para o conhecimento do grande público. Assim, o *Estado de São Paulo* abriu caminho para um novo modo de atuação da imprensa, que viria a se acentuar no período de redemocratização do país, a partir de 1985. A investigação jornalística no campo político, com o desvelamento das mais variadas

formas de corrupção, tráfico de influência e abuso de poder, ganharia cada vez mais espaço na pauta dos jornais. A imprensa consolidaria a função de agente fiscalizador da ação do Estado, atuando, como vimos, dentro do modelo *watchdog role* dos jornalistas americanos.

Silva (1991) observa, no entanto, que o conceito de poder vigilante da imprensa encontra limites ao ser incorporado no Brasil. O país apresenta uma configuração política, histórica e cultural específica, que impõe particularidades ao processo de produção de notícias. A série de matérias “Assim vivem os nossos superfuncionários” já fazia ressalvas quanto à imprecisão de alguns dados em razão da falta de acesso a documentos oficiais.

Não há uma regulamentação própria para as mordomias – regalia a que, até meados da última década, só o presidente da República tinha direito. Ninguém sabe, no governo, afirmar com certeza o que regula a concessão da mordomia, quem tem direito a ela, se há limite para os gastos, como ela deve ser utilizada – e, nem mesmo, o que vem a ser exatamente mordomia (“*E o descanso?*”. *O Estado de São Paulo*, 01/08/1976)

Silva aponta outro dado que se reflete de maneira especial sobre o fazer jornalístico no país: a cultura da impunidade, mesmo com o acompanhamento das repercussões por parte da imprensa após o material publicado. Esse fator histórico é determinante, segundo o autor, para a diferenciação da lógica dos padrões culturais do jornalismo brasileiro em relação ao norte-americano. “O mau funcionamento das instituições públicas faz com

que eventuais trabalhos de investigação jornalística no Brasil acabem caindo no vazio, não resultando em nada, ao contrário do que ocorre nos EUA” (SILVA, 1991, p. 100).

#### 4 O jornalista e o investigador policial

Se a série de reportagens de *O Estado de São Paulo* é emblemática por marcar uma nova fase da imprensa a partir da denúncia dos abusos de poder e corrupção nas esferas públicas, nos anos que se seguiram a reportagem investigativa no Brasil ver surgir na cobertura policial um espaço privilegiado de atuação.

É interessante analisar o Prêmio Esso de Jornalismo, cujas matérias vencedoras são vistas como modelo a ser seguido na profissão. Nos anos de 1977, 1979 e 1981, percebemos a valorização de reportagens baseadas na autoconstrução do repórter como investigador policial. Antes de analisarmos os textos jornalísticos, gostaríamos de situá-los, ainda que brevemente, no contexto histórico do qual eles emergiram.

Como herança do vazio jornalístico produzido pela censura política dos militares, a reportagem policial se caracteriza nos anos 1960 e início dos anos 1970 pela produção de um noticiário alienante e sensacionalista. Mais do que isso, alguns repórteres mantinham uma relação de cumplicidade com agentes do aparelho policial. Nos confrontos armados entre militantes de esquerda e os órgãos de repressão prevalecia a versão oficial no noticiário. Com a imprensa sob vigilância cerrada, as notas enviadas pelo órgãos de segurança eram publicadas praticamente na íntegra, sem edição, por alguns jornais.

O episódio envolvendo o jornalista Wladimir Herzog, encontrado morto nas dependências do Departamento de Operações Internas (DOI), em 25 de outubro de 1975, fortaleceu os movimentos que lutavam pela redemocratização do país<sup>1</sup>. Em dezembro do mesmo ano, ainda sob o impacto da repercussão negativa da morte do diretor do Departamento de Jornalismo da TV Cultura, o governo militar decreta o fim do Ato Institucional N° 5. A reportagem de polícia ganha um novo impulso, passa a ser mais investigativa e menos submissa às versões oficiais dos militares. O profissional, por sua vez, tenta se desvencilhar da imagem de intimidade e até promiscuidade com o aparelho policial. Sem exercer o papel de colaborador do Estado, sente-se livre para buscar o outro lado da história para além dos boletins de ocorrência, revelando contradições contidas nos trabalhos de investigação dos órgãos oficiais de segurança.

Nesse sentido, a reportagem de *Veja* sobre o caso Cláudia Lessin Rodrigues, vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo em 1977, é exemplar. A matéria alterou os rumos da investigação sobre a morte da jovem de classe média alta do Rio de Janeiro, cujo corpo foi encontrado nos penhascos da Avenida Niemeyer, em 25 de julho daquele ano. Até a publicação da reportagem, a polícia caminhava para o arquivamento do inquérito, desqualificando a vítima e concluindo que Cláudia Rodrigues havia morrido pelo uso simultâneo de cocaína, álcool e remédios. Os repórte-

<sup>1</sup>O jornalista Wladimir Herzog, então com 38 anos, teria se enforcado, segundo a versão oficial. A morte por suicídio foi desmentida por testemunhas presas na mesma época. Seu nome consta na lista do Movimento Tortura Nunca Mais como vítima da Ditadura Militar no Brasil.

res de *Veja* Luiz Valério Meniel e Amicucci Gallo revelaram, no entanto, que a vítima fora assassinada no apartamento do milionário Michel Frank, filho do industrial Egor Frank, “ao fim de uma orgia de drogas e sexo”. O crime também envolvia o cabeleireiro George Khour.

O editorial desta edição de *Veja* já procurava diferenciar, naquele contexto, a reportagem que conduzira sobre o caso Cláudia Lessin Rodrigues das demais notícias produzidas na rotina da cobertura policial na imprensa brasileira.

O objetivo era reunir informações seguras e consistentes sobre a morte da jovem Cláudia Rodrigues – um crime que, cometido no final de julho em meio ao afluente universo carioca da cocaína, já começava a mostrar os sintomas clássicos dos casos policiais em que os envolvidos não são marginais comuns, mas pessoas de boa família e bom dinheiro. Que sintomas? A relutância em investigar com seriedade os suspeitos (...) e a mal-disfarçada insistência em fazer carga contra a vítima. (...) Trata-se de um excelente caminho, já muito bem testado, para se obter a impunidade – e **a crônica policial brasileira dos últimos anos é rica em exemplos desse tipo** (*Veja*, 07/09/1977, grifo nosso)

O mesmo artigo aponta para a valorização do trabalho de “investigação” do repórter, visando criar um novo ideário sobre o fazer jornalístico. Nesse sentido, a busca de uma identidade investigativa aparece como sinônimo de “verdadeiro jornalismo”, capaz de reconfigurar a prática da reportagem policial, deixando no passado a superficialidade da

cobertura e as estreitas relações com o aparelho policial, que teriam contribuído para a cultura da impunidade envolvendo “criminosos escudados em sua posição social”, como salienta o editorial da revista. “No episódio de Cláudia Rodrigues, talvez não seja assim. Através do exercício normal da investigação jornalística, Veja teve acesso a informações bem mais precisas que as obtidas até agora pela polícia carioca” (Veja, 07/09/1977).

As revelações sobre o assassinato partiram de uma fonte localizada por Veja depois de três semanas de apuração: o doutor em patologia e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Domingos de Paola. Seu depoimento – obtido com “exclusividade”, como destaca a edição de Veja de 07/09/1977 – contradisse todas as declarações feitas anteriormente pelo jovem milionário. Após a publicação da edição, Michel Frank e George Khour tiveram a prisão decretada pela Justiça.

A reportagem de 10 páginas traz na capa o título “Crime e drogas” e a chamada com o destaque: “Exclusivo: Cláudia foi morta na casa de Michel Frank”. A matéria de Veja recupera uma categoria essencial para a construção do simbolismo da profissão de repórter, quando do seu aparecimento no início do Século XX: o “furo” ou a exclusividade das matérias. Se quando da constituição da profissão de repórter, a importância da notícia inédita era vinculada ao gosto do público “sempre sequioso por novidades” (Barbosa, 1996, p. 187), agora se construía uma nova categoria de jornalista – o investigativo – que trazia para o campo outra característica: era capaz de configurar – e a ele era dada esta outorga – a própria notícia, a partir de seu “faro” investigativo. Com isso, ampliava sua ação frente a outras esferas sociais.

Acreditamos que o fato de dominar um conhecimento inédito evoca um lugar de poder, o que justifica a permanente preocupação do repórter policial em se autoconstruir como investigador. Reivindicar para si o papel de investigador e dominar um conhecimento inédito conferem ao jornalista investigativo maior poder simbólico. Ao nosso ver, a defesa do “furo” jornalístico contribuiu para a formação da identidade profissional do jornalista no contexto de distensão política.

Com a consolidação do processo de abertura política no fim dos anos 1970 – incluindo o fim da censura prévia, em 8 de junho de 1978, nos três últimos órgãos de divulgação (*Tribuna da Imprensa*, *Realidade* e *O São Paulo*) sobre os quais os censores ainda exerciam seu poder – assuntos policiais se tornaram cada vez mais presentes na rotina da cobertura dos principais jornais. Importa afirmar que a cobertura não se restringia a assuntos propriamente policiais. Nas matérias “O seqüestro dos uruguaios” (Veja), “Bombas no Rio Centro” (*Jornal do Brasil*) e “O caso Baumgarten” (Veja), vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo, respectivamente, em 1979, 1981 e 1983, embora as pautas fossem da área policial, a investigação jornalística tinha contornos nitidamente políticos. Através da cobertura aprofundada de assuntos policiais com desdobramentos políticos, os jornalistas testavam, em última instância, os próprios limites da revogação do AI-5 e da censura prévia.

Neste período de distensão do regime, um outro dado confere especificidade ao modo de atuação dos produtores de notícias. A partir de 1979, com a matéria “O seqüestro dos uruguaios”, o jornalismo viria colocar o repórter investigativo na cena do aconteci-

mento. Ser jornalista não era apenas reportar um fato com um olhar onisciente, com o uso de uma narrativa em terceira pessoa. Grandes reportagens dos principais jornais do país no período projetavam o repórter como principal personagem da narrativa.

A reportagem de *Veja* revelou a ativa participação de brasileiros na operação Condor, uma ação clandestina de perseguição e captura dos dissidentes dos regimes militares implantados nos países do chamado Cone Sul. Os repórteres Luiz Cláudio Cunha e J.B. Scalco foram personagens centrais do evento e revelaram os detalhes do seqüestro dos uruguaios Universindo Rodriguez, Lilian Celiberti e seus filhos Camilo e Francesca, ocorrido em novembro de 1978 em Porto Alegre (RS). Esta teria sido a primeira vez que a imprensa confirmara a existência de uma ação praticada pela Operação Condor no Cone Sul. No episódio, os dois jornalistas atuaram como testemunhas involuntárias do seqüestro.

A apuração começou a partir de um telefonema anônimo à sucursal da *Veja*, em 17 de novembro daquele ano, informando sobre o desaparecimento dos uruguaios:

Às 16 horas, em companhia do fotógrafo JB Scalco, saí para checar a informação dada em castelhano. (...) Batemos à porta do apartamento 110, que foi **aberta apenas alguns centímetros**. Surgiu, então, o rosto assustado de uma moça morena, de cabelos escorridos e enormes olhos negros, com quem comecei a falar em espanhol. (...) Era possível perceber a existência de mais gente no interior do apartamento. Perguntei se ela era Lilian e, diante da resposta afirmativa, disse-lhe que havia recebido um telefonema de São

Paulo e queria saber se estava tudo bem. Antes que pudesse responder, Lilian saiu de cena e a porta foi escancarada para que duas pistolas fossem apontadas para nossas cabeças, **bem entre os olhos** (“*Mais perto da verdade*”. *Veja*, 20/12/19878, grifos nossos)

Está claro que o repórter explora recursos narrativos que buscam criar vínculo com os leitores. A matéria recorre às sensações do público, através do discurso em primeira pessoa, o apelo ao valor emocional e a particularização dos detalhes. Tais estratégias conferem autenticidade ao texto, pois criam no imaginário do público um efeito de real. A notícia oferece mais do que um relato dado como objetivo e factual. Importa aproximar o mundo narrado da realidade do público ou, em outras palavras, transportar o leitor para a cena do acontecimento numa linguagem que lhe seja familiar. A trama, em forma de texto narrativo, aproxima o jornalismo da ficcionalidade.

A sala era pequena, escurecida pelas persianas abaixadas. Fomos revistados, e o sujeito de bigode, que me apontara uma pistola grande, prateada, aparentemente calibre 45, pareceu surpreso ao me ver falar em português (“*Mais perto da verdade*”. *Veja*, 20/12/19878)

A reportagem apresenta características textuais trazidas do melodrama, com a montagem do enredo, o crescimento/declínio da ação e a unidade dramática com começo, meio e fim. O tempo da narrativa será definido pelo jornalista da *Veja*. A cena prossegue até atingir o seu clímax, com a liberação dos jornalistas pelos seqüestradores:

Depois da bateria de perguntas e uma certa hesitação, o presumível chefe do grupo saiu do apartamento, pela porta principal, por uns cinco minutos. Quando voltou, estava transformado: amável, com um ar tranqüilizador, tratou de distender o ambiente. “Tudo bem com vocês, podem baixar as mãos”, disseram (“*Mais perto da verdade*”. *Veja*, 20/12/19878)

Os jornalistas foram autorizados, 20 minutos depois, a deixar o apartamento com a orientação de manter discrição sobre o episódio. Aos repórteres, os homens que mantinham os uruguaios sob a sua vigilância disseram que se tratava de uma operação rotineira da polícia contra clandestinos no país. A explicação não convenceu os jornalistas, mas durante a apuração esbarraram no silêncio dos órgãos de polícia, que alegavam desconhecer o fato. Se havia, como vimos, uma relação de cumplicidade entre jornalistas e policiais até meados dos anos 1970, a situação se modificara significativamente na cobertura policial de assuntos políticos no contexto de distensão do regime. O jornalista Luiz Cláudio Cunha comenta que “ao longo desse tempo, houve uma inversão de papéis: os repórteres investigavam e os policiais e militares, no Brasil e no Uruguai, escreviam – sempre notas mentirosas, tentando abafar o caso” (Molica, 2005, p. 201).

Se o contexto político e o envolvimento do Estado em ações criminosas dificultavam o dia-a-dia dos repórteres em seu trabalho de apuração, ao mesmo tempo favoreciam a autoconstrução do jornalista como investigador policial, conferindo-lhe autoridade. O jornalista legitimava seu papel social agindo em defesa do interesse coletivo e do bem

comum. Campbell (1991) observa que os repórteres assumem a função de mediador entre os acontecimentos e o público, legitimando a imprensa como instituição de poder no campo social. Esse processo de autoconstrução dos profissionais como enunciadores privilegiados da verdade do mundo se relaciona com a formação da autoridade cultural dos jornalistas. Para Zelizer (1992), os jornalistas atuam como porta-vozes legitimados e confiáveis da verdade do mundo, uma “verdade” que não poderia ser ofertada ao público não fosse a atuação da imprensa<sup>2</sup>.

Em busca da “verdade”, Cunha e Scalco ocultam sua própria identidade, fornecem depoimentos à polícia e participam de acareações como participantes ativos na construção das notícias. Mais do que isso, tornam-se protagonistas do acontecimento:

Finalmente, na manhã de terça-feira da semana passada, encontraram-se frente a frente no gabinete do coordenador regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, três personagens que já deveriam ter sido reunidas em uma sala há pelo menos três semanas: o delegado Edgar Fuques, coordenador da Polícia Federal, o investigador do Dops gaúcho Orandir Portassi Lucas e **o jornalista Luiz Cláudio Cunha, chefe da sucursal da Veja em Porto Alegre** (“*Uma dúvida a menos*”, *Veja*, 17/01/1979, grifo nosso)

O mesmo procedimento no qual o jornalista assume outras funções, além daquela de reportar um acontecimento, tornando-se elemento chave do evento noticiado pode ser

<sup>2</sup>Os estudos culturais americanos apresentam o jornalismo como um sistema de produção de verdades. Ambos os autores seguem a abordagem culturalista da escola britânica.

verificado na reportagem “Bombas no Rio-centro”, do *Jornal do Brasil*, vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo em 1981. Neste caso, o repórter Fritz Utzeri atuou como um verdadeiro perito para revelar a existência do “terrorismo oficial” praticado por um grupo de militares que desejava se manter no poder.

A série de matérias desmontou a versão oficial sobre o suposto atentado contra dois militares, que teriam sido vítimas de uma explosão durante um show em comemoração ao dia 1º de maio, Dia do Trabalho, no Rio-centro. O capitão Wilson Machado e o sargento Guilherme Pereira do Rosário estavam dentro de um carro Puma no momento da explosão. No interior do veículo, duas bombas, sendo que apenas uma foi acionada.

O Inquérito Policial Militar (IPM) atribuía o atentado à ação de grupos clandestinos, como a Vanguarda Popular Revolucionária. A versão oficial mostrava que o artefato fora encontrado pelo sargento ao entrar no carro. A bomba estaria encaixada entre a porta do Puma e o banco do carona. Convictos da farsa montada pelos militares no IPM, os jornalistas conseguiram localizar o automóvel semidestruído no pátio na 19ª Delegacia Policial da Barra da Tijuca. O fotógrafo do JB tirou então uma seqüência de fotos em diferentes ângulos do Puma e, com base neste material, o repórter Fritz Utzeri examinou minuciosamente, como um perito, o automóvel.

As fotos – “uma verdadeira perícia fotográfica”, como relata Fritz Utzeri (Mollica, 2005) – foram publicadas no dia seguinte, revelando que a bomba explodira no colo do sargento Guilherme Pereira do Rosário. O laudo do Instituto Médico Legal (IML) contribuiu para confirmar esta hipótese, desmontando a versão de atentado. Re-

sultou dessa “perícia jornalística” uma narrativa técnica, em tom descritivo, ao contrário das outras matérias analisadas:

A onda de choque com a explosão da bomba teve propagação transversal ao carro, com sentido ascendente na direção do capitão (motorista) e descendente para o sargento (banco do carona). (...) O banco do motorista está praticamente intacto, enquanto o do sargento foi arrebatado até a espuma central, na sua parte inferior (“*Um carro, dois homens e duas bombas*”. *JB*, 02/05/1981)

Acreditamos que o discurso do jornal não se legitima apenas por apresentar uma realidade próxima ao leitor, construindo, como vimos, linhas de estória pelo uso do suspense e conflito. A objetividade também funciona como uma eficiente estratégia de reafirmação da autoridade jornalística. Os repórteres, baseados em técnicas que garantem o seu distanciamento em relação aos fatos, enquadram ocorrências e produzem sentidos, fazendo do jornalismo um campo especializado para a produção de verdades<sup>3</sup>.

O repórter investigativo prossegue na reconstrução dos fatos, tendo como base a divulgação do inquérito apresentado pelos militares:

A versão oficial apurada pelo IPM do I Exército e divulgada anteontem pelo seu encarregado, coronel Job Lorena de

<sup>3</sup>Vários autores (Campbell, Schudson, Carey) da linha dos estudos culturais americanos discutem a fronteira entre informação e narrativa e as exigências da objetividade e narratividade na prática jornalística. Os dois discursos são considerados, nestas análises, constitutivos da identidade profissional dos jornalistas.

Sant'Anna, afirma que a bomba que explodiu no Puma, na noite de 30 de abril, estava numa bolsa, comprimida entre a porta e o banco do automóvel. Sua explosão deu-se quando o sargento Guilherme Pereira do Rosário teria, inadvertidamente, tocado a bolsa (*"Teste mostra que seria difícil não ver a bomba no Puma. JB, 02/07/1981"*)

Fritz Utzeri monta então um simulacro da bomba, idêntico ao mostrado pelo laudo do IPM, e utiliza um carro do mesmo modelo para comprovar que o explosivo não cabia no local indicado pela polícia, entre a porta e o banco do carona. Seguindo uma visão idealizada sobre a reportagem investigativa, o jornalista que assumiria a função de perito na investigação relata que o jornal não cumpriu apenas o seu dever de informar. "Não havia mais o que provar, e o JB fez jornalismo e história" (Molica, 2005, p. 276).

Repórter de *O Estado de São Paulo*, Antero Luiz também participou ativamente da cobertura do Riocentro e recebeu, no mesmo ano, o Prêmio Esso de Reportagem, o segundo mais importante pelos critérios de premiação. Ele relembra: "Sabíamos que eram inconfiáveis as informações oficiais das autoridades militares. Minha primeira matéria na cobertura do caso teve, por isso, mais de policial do que de jornalista" (Molica, 2005, p. 288). De fato, o jornalista havia recolhido a porta do Puma explodido, arremessada com a explosão para um local não visitado pela PM. O exame pericial da porta foi feito pelo Instituto de Criminalística do Rio, afastando a hipótese de que a bomba teria explodido externamente.

Tal idealização do jornalista fazia parte do discurso valorativo da profissão nos anos

1970. Esse aspecto é valorizado no jornalismo, pois assim a profissão se transforma em algo simbolicamente maior: não é apenas relato dos fatos, mas vivência cotidiana das transgressões, descobertas, desvelamento. Mais importante do que informar é descobrir.

## **5 Considerações finais**

Os textos jornalísticos analisados aqui mostram, ainda que pontualmente, como a imprensa contribuiu para o processo de democratização do país. Até hoje, exerce um papel de vigilância para o funcionamento da máquina pública em bases éticas. Mas não podemos deixar de visualizar que o jornalismo também adota estratégias para reforçar o seu papel social, a exemplo dos demais campos da vida social. A defesa em torno da reportagem investigativa teve (e tem ainda) papel fundamental na constituição da identidade profissional do jornalista, num claro processo de idealização da profissão.

Convém salientar que – embora o momento histórico de abertura política, revogação do AI-5 e fim da censura prévia nos jornais tenha favorecido cenário ideal para o fortalecimento da investigação jornalística no país – este tipo de reportagem não se generalizou como prática entre os profissionais de imprensa. Por esse motivo, queremos sublinhar que estas considerações devem ser vistas menos como um quadro geral da imprensa no contexto do regime militar e mais como uma nuance, um outro ângulo na discussão sobre as relações entre a censura e a produção jornalística nos anos 1970. Há uma multiplicidade de papéis exercidos por jornalistas neste período e não podemos ignorar o

enfrentamento de posições entre a imprensa e a sua relação com o Estado.

O que podemos perceber é que o gênero da reportagem investigativa sugere, sobretudo, uma aproximação dos ditames profissionais da própria polícia. Investigativo confunde-se assim com investigador policial. Com a distensão política, este profissional não mais exerce uma função explícita junto ao Estado, rompendo com as relações de cumplicidade com o poder instituído.

Até os dias atuais, vemos que a naturalização da prática do repórter como investigador policial torna-se um capital simbólico de grande valor, pois confere credibilidade ao jornal e oferece as condições de aceitabilidade do seu discurso. Citamos um dos exemplos mais recentes de profissionais ligados a esse ideário romântico da profissão: o jornalista Tim Lopes.

Sua atuação se identificava com a prática do “verdadeiro jornalismo”, responsável por investigar desde a corrupção nas esferas públicas até o crime organizado nas favelas. Agia como “herdeiro” de uma tradição de repórteres, infiltrando-se em locais onde nem a polícia tem acesso, trazendo para as redações o “furo”. Também neste caso não há como dissociar o processo de autoconstrução do repórter como investigador com a questão da autoridade jornalística.

O desfecho do caso Tim Lopes, no entanto, mostra os riscos na cobertura de assuntos em que a captação de informações se confunde com as técnicas de polícia. Se no fim dos anos 1970, como vimos, os produtores de notícias se viam diante da perseguição política, maior obstáculo para a livre circulação de informações, nos anos pós-redemocratização o risco para a reportagem investi-

gativa vai decorrer da violência urbana nos grandes centros.

## 6 Bibliografia

- ABREU, Alzira Alves de. *A Modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.
- BARBOSA, Marialva. *Imprensa, Poder e Público*. Niterói, tese de doutorado, Dep. De História/UFF, 1996.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 2003.
- BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W. “Mito, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias”. In TRAQUINA, Néelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Vega, 1993, pp. 263-277.
- CAMPBELL, Richard. *60 Minutes and the News: a Mithology for Middle America*. Urbana & Chicago: Univ. of Illinois Press, 1991. 278p. Trad. para o português por MTGF de Albuquerque. Rev. téc. de A. de Albuquerque.
- CAREY, James W. “Why and how. The dark continent of american journalism”. In MANOFF, Robert and SCHUDSON, Michael. *Reading the news*. New York: Pantheon Books, 1986, pp. 146-196.

- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MOLICA, Fernando (org). *Dez reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso*. São Paulo, Hacker Editores, 1999.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*, tomo 2. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: a social history of american newspapers*. New York: Basic Books, 1978.
- SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus Editorial, 2005.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.
- SODRÉ, Nelson Werneck Sodré. *A História da Imprensa no Brasil*. RJ, Civ. Bras., 1966.
- VOLLI, Ugo. *Il libro della comunicazione*. Milano: Il Saggiatore, 1994.
- WILLIAMS, Paul. *Investigative reporting and editing*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1978.
- ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of a collective memory*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1992. 299p. Cap. 1: Introduction: narrative, collective memory and journalistic authority. P. 1-13. Trad. para o português por MTGF de Albuquerque. Rev. téc. de A. de Albuquerque.